

Prestação de Contas | 2013

Município de Valongo



ÍNDICE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

		Pág.			
1 - DOCUMENTOS FINAIS	1.1. CONTAS INDIVIDUAIS	Relatório de Gestão	4		
		Balço	11		
		Demonstração de resultados	14		
		Anexos ao Balço e à Demonstração de Resultados:	15		
		- Notas aos anexos e às Demonst. Financeiras	15		
		- Ativo bruto	16		
		- Amortizações e Provisões	17		
		- Mapa das participações financeiras	19		
		- Contas de ordem	20		
		- Demonstração do custo mercad.vend.mat.cons.	22		
		- Demonstração dos resultados financeiros	22		
		- Demonstração dos resultados extraordinários	22		
		- Acréscimos e diferimentos	24		
		Análise temporal:	25		
		- Estrutura da evolução patrimonial	25		
		- Demonstração de resultados por natureza	26		
		- Rácios de análise financeira	27		
		2 - PROCESSO ORÇAMENTAL	2.1. RECEITA	Controlo Orçamental da Receita	29
				Estrutura e execução da Receita:	32
- Receita cobrada	32				
- Receitas próprias	33				
- Receita fiscal	34				
- Transferências	36				
2.2. DESPESA	Controlo Orçamental da Despesa			40	
	Estrutura e execução da Despesa:			45	
	- Quadro demonstrativo das diferentes fases da Despesa			45	
	- Comparação das diversas fases da Despesa			46	
	- Despesas de funcionamento			47	
	- Análise comparativa da despesa de bens e serviços			48	
	- Recursos humanos			49	
	- Estrutura habilitacional do Pessoal, por nível de escolaridade, segundo sexo			50	
	- Estrutura etária do Pessoal ao serviço da Autarquia			51	
	- Formação			52	
	- Trabalhadores estrangeiros no exercício de funções			53	
	- Transferências			54	
	- Encargos da dívida de empréstimos			55	
	- Endividamento Líquido	56			
	- Stock da dívida	57			
	- Empréstimos a médio e longo prazos	59			
	Grandes Opções do Plano:	61			
	- Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos	61			
	- Execução anual das Atividades Mais Relevantes	71			
Estrutura e execução de investimento	75				
Grandes Opções do Plano	76				
Despesa de investimento e fontes de financiamento	77				

ÍNDICE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

		Pág.			
2 - PROCESSO ORÇAMENTAL	2.3. ANÁLISE ORÇAMENTAL	Relação Receitas e Despesas e suas componentes	79		
		Análise gráfica da estrutura da execução do orçamento	80		
		Execução Global do Orçamento:			
		- Taxas de execução e desvios orçamentais	81		
		- Receita prevista/ cobrada	82		
		- Despesa prevista/Compromissos e Pagamentos	83		
		- Evolução de rácios	84		
		Evolução da Receita	85		
		Estrutura evolutiva da Receita fiscal	86		
		Evolução da Despesa	87		
		Fluxos de caixa e Contas de ordem	89		
		Operações de tesouraria	95		
		Modificações ao Orçamento:			
		- Receita	97		
- Despesa/ Segundo natureza económica	98				
- Despesa/ Segundo natureza orgânica	99				
- Plano Plurianual de Investimentos	100				
2.4. ANEXOS	Transferências:	- Despesa: - Correntes	101		
		- Capital	104		
		- Receita: - Correntes	105		
		- Capital	106		
		Endividamento: - Empréstimos	107		
		- Outras dívidas a terceiros	108		
		3. ANEXOS	3.1. EXECUÇÃO DO PAEL	Síntese da situação financeira atual e previsões de evolução	117
				Medidas propostas no plano de ajustamento financeiro	119
				Evolução previsional da receita e da despesa	121
				Mapa previsional da evolução da dívida curto médio longo prazos e do serviço da dívida	124

ÍNDICE DE FIGURAS

	Quadro nº	Pág.	Figura	Pág.
PATRIM.	1	25	1	25
	2	26	2	26
	3	32	3	33
RECEITA	4	33	4	34
	5	34	5	34
	6	34	6	35
	7	35	7	35
	8	35	8	37
	9	37	9	37
	10	37		
	11	38		
	12	45	10	46
	13	46	11	46
DESPESA	14	47	12	47
	15	47	13	48
	16	48	14	48
	17	49	15	49
	18	50	16	50
	19	50	17	51
	20	51	18	52
	21	52	19	53
	22	53	20	54
	23	53	21	54
	24	54		
	25	54		
	26	54		
	27	55		
	28	55		
	29	56		
	30	56		
ENDIVIDAMENTO	31	57	22	57
	32	57	23	58
	33	57	24	59
	34	58		
	35	58		
	36	59		
	37	59		
GOP'S	38	75	25	75
	39	76	26	76
	40	77	27	80
	41	77		
EXECUÇÃO do ORÇAMENTO	42	79		
	43	81		
	44	81		
	45	82		
	46	83		
	47	84		
	48	85	28	85
EST. EVOL. TEMPORAL	49	86	29	86
	50	86	30	86
	51	87	31	87
ANEXO	52	90	32	89

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Introdução

Nos termos legais da alínea i) do n.º 1 do art.º 32º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Municipal procede à apresentação da **Prestação de Contas do Município, referentes ao exercício financeiro de 2013**, cabendo ao Órgão Deliberativo a sua apreciação e votação, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do dispositivo legal supra mencionado.

A elaboração destes documentos obedece ao preceituado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, que aprovou o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Os Documentos de Prestação de Contas são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, de 12 de julho, sendo que, nos termos da alínea ww) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os documentos em apreço constituem elementos de remessa obrigatória para o Tribunal de Contas, até 30 de abril de 2014, para efeitos da sua fiscalização nos termos do n.º 1 do art.º 50º e do n.º 4 do art.º 52º do Decreto – Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto (4ª Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas) e da Declaração de Retificação n.º 72/2006.

Nestes termos, são apresentados como Documentos de Prestação de Contas Individuais, os seguintes:

- Balanço, Demonstração de Resultados, Anexos às Demonstrações Financeiras;
- Mapas de Execução Orçamental e Relatório de Gestão.

Para além destes documentos, de carácter obrigatório, são apresentados mapas complementares que permitem analisar a situação económica e financeira da Autarquia, avaliando a gestão nos diferentes setores de atividade, nomeadamente no que concerne ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazos e financiamento externo, permitindo ainda a análise do ponto de vista patrimonial, considerando o Balanço Final e a Demonstração de Resultados.

As Demonstrações Financeiras apresentadas e demais Documentos de Prestação de Contas obedeceram, na sua conceção, aos princípios e regras contabilísticos emanados do POCAL, como a continuidade das operações, consistência das políticas contabilísticas, especialização dos exercícios, custos históricos, prudência, substância sob a forma e materialidade das operações, visando uma imagem verdadeira e apropriada do Balanço e dos Resultados.

Em conformidade com o n.º 3 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas individuais deste Exercício deverão ser enviados ao Órgão Deliberativo acompanhados da *Certificação Legal das Contas* e respetivo parecer emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

2. Análise da Situação Económica e Financeira

2.1 Contas individuais

Procede-se agora à apresentação dos elementos considerados de importância relevante para a análise do período em causa, com a finalidade de obter uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício.

Efetuada a comparação entre os custos e perdas do exercício do valor de 37.717.989,68 € e os proveitos e ganhos do mesmo período no montante de 32.271.250,34 €, afere-se o resultado líquido negativo de 5.446.739,34 €, conforme se pode observar na Demonstração de Resultados, resultante da diminuição de Impostos e Taxas e Proveitos e Ganhos Extraordinários, associados ao aumento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, Custos com Pessoal, Outros Custos Operacionais e outras rubricas.

Os Resultados Financeiros apresentam-se positivos na quantia de 1.436.674,46€, os Resultados Operacionais e os Resultados Correntes são negativos, respetivamente dos montantes de 6.841.931,40€ e 5.405.256,94€. Os Resultados Extraordinários relevam o montante negativo de 41.482,40€, valor este influenciado pela quantia registada na conta relativa a aumentos de amortizações e provisões.

Em termos de análise de comparabilidade, deteta-se que os Custos do exercício decresceram em cerca de 0,36%, sendo que os proveitos aumentaram cerca de 1,61%.

Tendo em conta a ótica dos custos operacionais infere-se que estes aumentaram 2,73% face ao ano anterior. Relativamente aos Proveitos, observa-se que a sua evolução foi favorável relativamente ao ano transato, nomeadamente no que diz respeito aos itens Vendas e Prestações de Serviços (7,38%) e Transferências e Subsídios Obtidos (6,01%).

Procedendo agora à análise de cariz financeiro, observa-se que ambos os membros do Balanço apresentam o valor final de 252.482.676,54 €. Desta forma, confrontando o Balanço do exercício com o do ano anterior, verificou-se uma diminuição do Ativo Total na ordem de 3,96%, originada essencialmente por um decréscimo no Imobilizado e nas Dívidas de Terceiros.

No que respeita ao segundo membro do Balanço, é de salientar uma diminuição dos Fundos Próprios da ordem de 2,70%, sendo que esta variação resulta do montante negativo registado na conta de Resultados Transitados, originado pelo registo do Resultado Líquido do Exercício, do ano anterior. No tocante ao Passivo, regista-se a grande diminuição nas Dívidas a Terceiros de curto prazo e o acréscimo nas Dívidas a Terceiros de médio e longo prazos, decorrentes dos movimentos financeiros inerentes ao Programa de Apoio à Economia Local.

Analisando alguns rácios de carácter financeiro verifica-se que os recursos financeiros gerados sofreram um decréscimo muito pouco significativo de 23.244,25 €. O rácio de liquidez imediata, que mede o grau de cobertura dos Passivos correntes por Disponibilidades, diminuiu de 4,76% para 3,92%, devido ao decréscimo das Disponibilidades e ao decréscimo verificado no denominador do rácio originado pela diminuição da dívida corrente.

O grau de cobertura do imobilizado é de 88,26%, o que significa um aumento significativo de quase 6 p.p. em relação ao ano anterior. A autonomia financeira, que mede a cobertura do ativo líquido à custa dos fundos próprios, sofreu um acréscimo de 0,88 p.p. Quanto ao auto financiamento de capitais permanentes, verificou-se uma diminuição na ordem dos 4,75 p.p.

Relativamente aos Acréscimos e Diferimentos apresentados no Balanço, na componente passiva, denota-se uma variação positiva de cerca de 2,66%. Esta variação resulta essencialmente da variação dos Proveitos Diferidos, isto é, dos subsídios e transferências consignadas ao Investimento em anos anteriores e no exercício em apreço, espelhados no respetivo quadro. Tratando-se de subsídios para o investimento associados a ativos amortizáveis, estes proveitos são transferidos no exercício à medida que são contabilizadas as amortizações do

imobilizado a que respeitam. Por outro lado, os Acréscimos de Custos sofreram igualmente uma forte variação positiva de 38,54%.

Na componente ativa e de acordo com o princípio da especialização do exercício, é de realçar o aumento registado nos Acréscimos de Proveitos, originado pelo acréscimo dos registos respeitantes aos proveitos que dizem respeito ao exercício de 2013, mas que só serão exigíveis em data posterior. Regista-se ainda um decréscimo na rubrica dos Custos Diferidos, que inclui os custos que devem ser reconhecidos no exercício seguinte.

2.1.1 Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido apurado apresenta-se negativo no montante de 5.446.739,34€, pelo que se propõe a sua transferência para a rubrica de Resultados Transitados.

3. Avaliação da Situação Orçamental

3.1 Receita

3.1.1 Execução Orçamental da Receita (Estrutura e Evolução)

Tendo em conta o teor do Quadro n.º 3 verifica-se que os recursos gerados pela Autarquia foram de 47.798.143,31 €, sendo que 29.470.197,25 € configuram receita corrente e 18.181.164,50 € respeitam a receita de capital. As reposições não abatidas nos pagamentos foram de 146.781,56 €.

A receita corrente constitui um fluxo financeiro tendencialmente estável e representa 61,66% da receita total. A receita de capital, composta pelas transferências de capital e pelos passivos financeiros, representa 38,04% da receita total. As reposições não abatidas nos pagamentos não denotam qualquer relevância no cômputo da receita.

A Autarquia cobrou 40,79% de receita própria, constituída por uma componente corrente e de capital, cujo rácio é inferior a 50%, o que significa menor independência financeira. Contudo, o elevado nível de investimento realizado em anos anteriores originou montantes em dívida que, ao transitarem para o ano em apreço, retiram significado ao rácio em apreço.

No que respeita aos Impostos Diretos e Indiretos, em comparação com o ano anterior, denota-se a diminuição destas rubricas em cerca de 4,31% e de 24,16%, respetivamente. O bloco da receita fiscal, constituído pelos Impostos Diretos, Indiretos e Taxas, regista um decréscimo de 6,40%.

A principal componente das Transferências são as transferências do Orçamento do Estado, calculadas de acordo com os art.º 19º a 29º da Lei das Finanças Locais e com a alteração ao art.º 27º pela Lei nº 3 – B/2010 de 28 de abril (OE/2010), bem como com a articulação preconizada no art.º 85º, capítulo IV do Orçamento do Estado/2013 e assente num conjunto de variáveis e dados estatísticos, que relativamente ao ano anterior não apresenta variação (Quadro n.º 10). A variação homóloga relativa ao total das Transferências foi de 5,51%.

Considerando a receita total, denota-se um acréscimo de 34,48%, quando comparada com o ano transato, correspondendo 3,58% a receita corrente e 84,58% a receita de capital, resultante do acréscimo verificado nos Passivos Financeiros (Empréstimo PAEL).

3.2 Despesa

3.2.1 Execução Orçamental da Despesa (Estrutura e Evolução)

No período em causa, a despesa corrente realizada foi de 36.797.749,67 € e a despesa de capital ascendeu a 13.626.516,49 €, igualando a despesa total o valor de 50.424.266,16 €, sendo que as duas componentes representam, respetivamente 72,98% e 27,02% da grandeza em análise. De referir que os montantes de despesa

expressos no Quadro n.º 12 contêm a dívida transitada de 2012 para 2013. Na despesa corrente, as componentes que assumem maior significado são as relativas a Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços e na despesa de capital os Investimentos.

A despesa efetiva do ano, no montante de 50.424.266,16 €, deduzida do serviço da dívida no valor de 3.704.225,72 €, é de 46.720.040,44 €. Expurgada a dívida transitada, o montante é de 27.026.947,31 €, repartida pela componente corrente em 25.019.621,67 € e pela componente de capital em 2.007.325,64 €.

As despesas de funcionamento constituem uma componente fixa da despesa corrente dado o seu carácter pouco flexível e apresentam uma diminuição de 3,79% quando comparadas com o ano anterior.

Na ótica da realização, a despesa de investimento constitui a grande fatia da despesa de capital, representando 67,90% desta. As despesas de investimento dizem essencialmente respeito a Ensino Básico e Pré Escolar, Desporto, Recreio e Lazer e Beneficiação da Rede Viária de todo o Concelho.

As Grandes Opções do Plano (GOP's) englobam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR's), sendo que o primeiro contém a despesa de investimento e as segundas incluem despesas correntes, com carácter plurianual.

A fatia mais significativa da afetação das despesas das GOP's, na ótica da realização, ocorreu nas Funções Sociais com um montante de despesa realizada de 13.322.613,06 €, consequência do esforço que a Autarquia realizou em anos anteriores, com repercussão também em 2013, no que concerne nomeadamente à Educação e Ação Social. Seguem-se as Funções Económicas com o montante de 3.876.939,63 €, surgindo por último as Funções Gerais e as Outras Funções nos montantes de 1.255.751,81 € e 70.551,50 €, respetivamente.

3.3 Recursos Humanos

Em termos de Balanço Social, o número de trabalhadores da Autarquia decresceu cerca de 6,84%, comparativamente a 2012 e é composto por 600 elementos, estruturados em contrato de trabalho a termo indeterminado. O valor de elementos que figura no Balanço Social difere do total efetivo de elementos na Autarquia em 31/12/2013 (622 pessoas), uma vez que para efeitos estatísticos são excluídos os funcionários ausentes há mais de seis meses por razões de doença, licenças de maternidade e paternidade e outras.

Do número total de trabalhadores, 346 são homens e 254 são mulheres. A componente feminina apresenta níveis de escolaridade mais elevados, sendo que 84 possuem licenciatura e 80 são titulares do 12º ano da escolaridade obrigatória.

No que concerne ao absentismo, o total de 13.758,50 dias de ausência, quando comparado ao ano de 2012, representa um significativo decréscimo de 76,92%. Não obstante, a doença manteve-se como causa dominante neste quantitativo sendo que, quanto ao género, teve maior influência o grupo masculino com 4.673 dias de ausência, seguido do grupo feminino com 1.771 dias.

A formação interna e externa, com 478 participações, inclui 5.726,90 horas de formação, procurando conjugar as necessidades da Autarquia com a valorização individual e profissional dos seus colaboradores, com o objetivo de atingir níveis de eficiência adequados.

3.4 Análise da Execução do Orçamento (Inicial, Final e Realização)

3.4.1 Receita

Em termos de comparação entre o Orçamento Inicial e Final, relativo aos montantes de receita orçamentados, regista-se uma taxa de execução global de 92,00%, relativamente ao documento previsional em questão uma vez que os valores orçamentados finais diferem dos iniciais, visto ter havido acréscimos nas dotações da receita. A receita corrente executada foi de 94,35% das previsões orçamentadas finais. No tocante à receita de capital, este indicador foi de 87,72%.

A média aritmética simples da cobrança nos últimos quatro anos rondou os 62,59% (87,21% para correntes e 35,77% para capital) (v. Quadros n.º 43 e 44).

Observando o Controlo Orçamental da Receita, no seguimento da execução orçamental, o grau de execução da receita é de 91,981%, sendo o registo para receitas correntes de 93,922% e para capital 87,720%. Estes valores diferem da análise acima, dado que têm por base a receita líquida.

3.4.2 Despesa

Efetuada a análise entre os valores orçamentados finais, no que respeita à despesa global realizada, a percentagem de execução foi de 93,31%. No que concerne à despesa corrente este indicador é de 94,06% e para a despesa de capital é de 91,33%, representando uma variação insignificante.

A média aritmética simples da despesa global nos últimos quatro anos, resultado das previsões iniciais e execuções, situa-se em 86,60% (90,28% corrente e 82,76% capital) (v. Quadros n.º 43 e 44).

Quando analisado o Controlo Orçamental da Despesa, o mesmo evidencia um grau de execução global de 91,487%, sendo 92,469% para a despesa corrente e 88,911% para a despesa de capital, na ótica dos pagamentos.

O mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, apresenta um nível de execução global de 96,04%, aferido pelos valores executados em anos anteriores, acrescidos do executado do ano a dividir pelo valor previsto do ano, adicionado dos anos seguintes menos os valores executados em anos anteriores. Daqui se afere que esta taxa de execução regista valores de pagamento e não volume de faturação.

A realização dos projetos insertos em PPI tem uma continuidade no tempo, dado que a obra inicia-se e vai obedecendo a um cronograma financeiro, dando origem a faturas de execução física e obra em curso. Tendo em conta este facto, apura-se uma taxa de execução da ordem dos 94,13%. Se a análise tiver por base a execução física (faturação) a realização do ano situa-se em 89,56% (v. Quadro n.º 38).

Para a análise aturada do comportamento do investimento nas diferentes dinâmicas de atuação da gestão municipal, sugere-se a leitura dos Quadros n.ºs 39, 40 e 41.

3.5 Endividamento Municipal e Stock da Dívida

O endividamento líquido da Autarquia é calculado aplicando as regras da Lei das Finanças Locais. Pela análise dos Quadros n.º 29 e 30, afere-se que o limite ao endividamento líquido fixado para 2013 era de 26.351.339€, sendo que o endividamento líquido registado é de 25.054.525 €, à data de 31 de dezembro, calculado de acordo com o SEC 95, resultando uma margem de endividamento líquido de 1.296.814 €, face ao limite.

O stock da dívida da Autarquia é composto por dívida de médio e longo prazo e de curto prazo, no total de 54.052.293,76 €, identificada pela dívida de 50.813.171,71 € de médio e longo prazo, sendo esta constituída por 31.266.736,89 € de dívida bancária e 19.546.434,82 € de dívida consolidada à EDP. O diferencial de 3.239.220,05 € corresponde a dívida de curto prazo. (v. Quadro n.º 31).

Este último valor inclui o montante de 851.779,03 € respeitante a Operações de Tesouraria. A variação registada no aumento de 12,96% nesta componente não tem reflexo dado que, em bom rigor, não constituem dívida visto tratar-se de uma dinâmica de cobranças e pagamentos para Terceiros à guarda do Município, cuja contrapartida encontra-se registada no Ativo do Balanço, em Disponibilidades.

A dívida de curto prazo, quando comparada com o ano anterior, evoluiu favoravelmente na sua diminuição, no valor de 21.443.586,79 €. Em contrapartida, a dívida de médio e longo prazo apresenta uma variação de 9.901.286,75 €. A redução da dívida total é de 6.624.174,83 €.

O stock da dívida registado no Passivo do Balanço apresenta uma composição diferente, com o reflexo de uma diminuição, no médio e longo prazo, de 3.348.265,98 € que corresponde às amortizações dos empréstimos

a vencerem-se em 2014 e o cumprimento do plano de pagamentos à EDP da dívida consolidada, pelo que vai agravar a dívida a curto prazo, sem efeitos no aumento da dívida global.

3.6 Movimentos Financeiros da Gerência

Os movimentos financeiros gerados durante o exercício financeiro de 2013, originaram a seguinte execução:

- o saldo transitado da gerência anterior era de 1.589.153,92 €, acrescido das receitas totais arrecadadas, no montante de 48.255.834,04 € e do saldo inicial de 754.025,43 € de Operações de Tesouraria, acrescido dos movimentos de entrada de 2.730.999,79 €, totaliza o montante de recebimentos de 53.330.013,18 €;

- os saldos finais verificados são do valor de 403.652,98 € de execução orçamental e de 851.779,03 € de Operações de Tesouraria, sendo os movimentos de saídas da despesa orçamental do montante de 49.441.334,98 € e de Operações de Tesouraria de 2.633.246,19 €, totalizando deste modo o montante de 53.330.013,18 €.

Os movimentos de recibos para cobrança foram de 6.174,94 € e de garantias e cauções tituladas por papel foram de 825.193,71 €. O saldo inicial de recibos para cobrança era de 169.450,76 € e das garantias foi de 6.539.364,86 €, totalizando 7.540.184,27 €.

Foram cobrados documentos virtuais no valor de 5.918,69 €, anulada receita virtual no valor de 230,85 €, devolvidas garantias e cauções na quantia de 199.643,28 € e acionadas garantias no montante de 24.380,00 € dando origem aos saldos finais de garantias e cauções e de recibos para cobrança nos valores de 7.140.535,29€ e 169.476,16 €, totalizando 7.540.184,27 €.

As garantias prestadas pela Autarquia são no valor de 59.400,00 €, assumidas por responsabilidades de imposições contratuais.

4. Considerações finais

A atividade municipal desenvolvida no ano 2013, o capital humano e a situação económica e financeira do Município, estão refletidos no presente documento, que visa constituir um importante instrumento de apoio à gestão municipal, onde de uma forma rápida e simples se visualizam as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, procurando espelhar-se aquela que foi a atividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro das suas competências.

Os Documentos de Prestação de Contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, traduzem fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos previsionais inicialmente aprovados, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da gestão autárquica.

Em resultado dos atos de gestão praticados no ano em análise, que combinaram os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis, o Município registou uma evolução positiva na sua situação patrimonial, associada a um elevado grau de concretização das funções que lhe são cometidas.

Valongo, 11 de abril de 2014

O Presidente da Câmara Municipal,

(José Manuel Pereira Ribeiro, Dr.)

I. DOCUMENTOS FINAIS

I.1. CONTAS INDIVIDUAIS

Balço

Demonstraço de resultados

Anexos ao Balço e à Demonstraço de resultados:

- Notas aos anexos às Demonstrações financeiras
- Ativo bruto
- Amortizações e Provisões
- Mapa das participações financeiras
- Contas de ordem
- Demonstraço do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
- Demonstraço de resultados financeiros
- Demonstraço de resultados extraordinários
- Acréscimos e diferimentos

Análise temporal:

- Estrutura evolutiva patrimonial
- Demonstraço de resultados por natureza
- Rácios de análise financeira

BALANÇO SINTÉTICO

Código das contas	ATIVO	Exercícios			
		2013			2012
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
45+ 445+446	Bens do domínio público	261.159.874,21	115.139.556,84	146.020.317,37	154.774.462,23
43	Imobilizações incorpóreas	519.432,39	347.276,28	172.156,11	341.699,18
42 + 442	Imobilizações corpóreas	123.235.928,22	20.226.676,43	103.009.251,79	103.478.959,65
41	Investimentos financeiros	606.208,00		606.208,00	606.208,00
		385.521.442,82	135.713.509,55	249.807.933,27	259.201.329,06
	Circulante:				
32 + 36	Existências	172.495,44		172.495,44	157.137,77
21+24+26	Dívidas de terceiros -curto prazo	2.423.708,11	2.413.477,07	10.231,04	480.458,05
11 + 12	Depósitos bancários e caixa	1.255.432,01		1.255.432,01	2.343.179,35
27	Acréscimos e diferimentos	1.236.584,78		1.236.584,78	684.785,14
	Total do Ativo	390.609.663,16	138.126.986,62	252.482.676,54	262.866.889,37

Código das contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2013	2012
	Fundos Próprios:		
51	Patrimônio	239.734.661,45	239.067.351,45
	Reservas obrigatórias:		
57.1	Reservas legais	217.235,31	217.235,31
57.5	Subsídios	1.197.155,92	1.197.155,92
57.6	Doações	465.145,38	465.145,38
59	Resultados transitados	-63.358.280,63	-57.259.989,90
88	Resultado líquido do exercício	-5.446.739,34	-6.098.290,73
	Total dos Fundos Próprios	172.809.178,09	177.588.607,43
	Passivo		
	Provisões para riscos e encargos	842.956,87	481.929,24
22+23+24+26+29	Dívidas a terceiros:		
	Médio e longo prazo	46.816.655,82	34.370.912,87
	Curto prazo	7.239.333,00	26.308.993,38
		54.898.945,69	61.161.835,49
27	Acréscimos e diferimentos	24.774.552,76	24.116.446,45
	Total do Passivo	79.673.498,45	85.278.281,94
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	252.482.676,54	262.866.889,37

BALANÇO

Código das contas	ATIVO	Exercícios			
		2013			2012
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais	7.132.927,39		7.132.927,39	6.876.204,46
453	Outras construções e infra-estruturas	226.407.838,10	113.289.427,77	113.118.410,33	121.454.358,39
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	23.090.033,02	1.815.694,02	21.274.339,00	21.326.327,94
459	Outros bens do domínio público	458.276,46	34.435,05	423.841,41	429.589,18
445	Imobilizações em curso	1.657.994,65		1.657.994,65	1.976.566,83
446	Adiantamentos por conta de bens domínio público	2.412.804,59		2.412.804,59	2.711.415,43
		261.159.874,21	115.139.556,84	146.020.317,37	154.774.462,23
	Imobilizações incorpóreas:				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	436.491,93	290.965,52	145.526,41	291.009,17
433	Propriedade industrial e outros direitos	82.940,46	56.310,76	26.629,70	50.690,01
		519.432,39	347.276,28	172.156,11	341.699,18
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	10.754.250,36		10.754.250,36	10.679.760,12
422	Edifícios e outras construções	101.903.588,21	11.520.240,29	90.383.347,92	90.894.383,98
423	Equipamento básico	3.854.169,58	3.022.130,95	832.038,63	970.767,23
424	Equipamento de transporte	1.571.866,97	1.396.701,14	175.165,83	192.374,43
425	Ferramentas e utensílios	105.376,79	102.827,55	2.549,24	4.686,41
426	Equipamento administrativo	3.560.473,59	3.526.800,84	33.672,75	63.763,92
429	Outras imobilizações corpóreas	967.441,78	657.975,66	309.466,12	324.425,38
442	Imobilizações em curso	518.760,94		518.760,94	348.798,18
		123.235.928,22	20.226.676,43	103.009.251,79	103.478.959,65
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	606.208,00		606.208,00	606.208,00
		606.208,00		606.208,00	606.208,00
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	172.251,62		172.251,62	157.137,77
32	Mercadorias	243,82		243,82	0,00
		172.495,44		172.495,44	157.137,77
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
213	Utentes c/c	3.940,83		3.940,83	275.912,87
218	Clientes, contrib. utentes de cobrança duvidosa	169.479,16	2.413.477,07	-2.243.997,91	17.375,66
24	Estado e outros entes públicos	257,40		257,40	5.423,07
264	Administração autárquica	2.242.576,00		2.242.576,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	7.454,72		7.454,72	181.746,45
		2.423.708,11	2.413.477,07	10.231,04	480.458,05
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.226.576,06		1.226.576,06	2.314.068,75
11	Caixa	28.855,95		28.855,95	29.110,60
		1.255.432,01		1.255.432,01	2.343.179,35
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1.211.509,76		1.211.509,76	571.580,18
272	Custos diferidos	25.075,02		25.075,02	113.204,96
		1.236.584,78		1.236.584,78	684.785,14
	Total de Amortizações		135.713.509,55		
	Total de Provisões		2.413.477,07		
	Total do Ativo	390.609.663,16	138.126.986,62	252.482.676,54	262.866.889,37

BALANÇO

Código das contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2013	2012
	Fundos Próprios:		
51	Património	239.734.661,45	239.067.351,45
	Reservas:		
571	Reservas legais	217.235,31	217.235,31
575	Subsídios	1.197.155,92	1.197.155,92
576	Doações	465.145,38	465.145,38
59	Resultados transitados	-63.358.280,63	-57.259.989,90
88	Resultado líquido do exercício	-5.446.739,34	-6.098.290,73
	Total dos Fundos Próprios	172.809.178,09	177.588.607,43
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
292	Provisões para riscos e encargos	842.956,87	481.929,24
		842.956,87	481.929,24
	Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:		
2312	Dívidas a instituições de crédito	27.918.471,00	16.002.481,55
26	Outros devedores e credores	18.898.184,82	19.546.434,82
		46.816.655,82	35.548.916,37
	Dívidas a terceiros - curto prazo:		
221	Fornecedores c/c	625.448,60	9.528.119,49
228	Fornecedores - Faturas receção conferência	598.999,65	1.153.158,62
2312	Dívidas a instituições de crédito	3.348.265,89	2.350.780,98
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	298.243,32	4.915.246,03
2618	Fornecedores imobilizado - Fac. receção conferência	204.791,65	13.041,62
24	Estado e outros entes públicos	7.304,86	206.090,98
264	Administração autárquica	41.098,45	515.622,09
262+263+ 267+268	Outros credores	2.115.180,58	6.448.930,07
		7.239.333,00	25.130.989,88
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.167.372,59	717.477,79
274	Proveitos diferidos	23.607.180,17	23.398.968,66
		24.774.552,76	24.116.446,45
	Total do Passivo	79.673.498,45	85.278.281,94
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	252.482.676,54	262.866.889,37

Abreviaturas:

AB = Ativo Bruto

A/P = Amortizações e provisões acumuladas

AL = Ativo Líquido

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Código das contas		Exercícios			
		2013		2012	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo mercadorias vendidas matérias consumidas	283.232,20	283.232,20	153.275,48	153.275,48
62	Fornecimentos e serviços externos	9.535.155,85		9.956.977,47	
64	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações pessoal	8.018.677,26		8.835.936,66	
643 a 648	Outros	3.652.562,07	21.206.395,18	2.559.513,27	21.352.427,40
63	Transf subsídios correntes conced e prest. sociais	1.644.366,30	1.644.366,30	671.772,33	671.772,33
66	Amortizações do exercício	11.549.015,03		11.546.486,61	
67	Provisões do exercício	477.622,03	12.026.637,06	503.394,70	12.049.881,31
65	Outros custos operacionais	87.553,85	87.553,85	62.052,50	62.052,50
	(A)		35.248.184,59		34.289.409,02
68	Custos e Perdas Financeiros	880.146,54	880.146,54	1.320.815,16	1.320.815,16
	(C)		36.128.331,13		35.610.224,18
69	Custos e Perdas Extraordinários	1.589.658,55	1.589.658,55	2.240.317,73	2.240.317,73
	(E)		37.717.989,68		37.850.541,91
88	Resultado Líquido do Exercício		-5.446.739,34		-6.098.290,73
			32.271.250,34		31.752.251,18
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e prestações de serviços	3.221.459,07	3.221.459,07	2.983.871,44	2.983.871,44
72	Impostos e taxas	13.901.083,92		13.966.918,55	
74	Transferências e subsídios obtidos	11.236.734,43		10.561.601,19	
76	Outros proveitos operacionais	46.975,77	25.184.794,12	34.481,09	24.563.000,83
	(B)		28.406.253,19		27.546.872,27
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	2.316.821,00	2.316.821,00	2.210.328,94	2.210.328,94
	(D)		30.723.074,19		29.757.201,21
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.548.176,15	1.548.176,15	1.995.049,97	1.995.049,97
	(F)		32.271.250,34		31.752.251,18

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)-(A)	-6.841.931,40	-6.742.536,75
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	1.436.674,46	889.513,78
Resultados Correntes: (D)-(C)	-5.405.256,94	-5.853.022,97
Resultado Líquidos: (F)-(E)	-5.446.739,34	-6.098.290,73

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8- Anexos às demonstrações financeiras

Os pontos que se seguem apresentam a numeração definida no POCAL. Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste Anexo não são aplicáveis à Autarquia ou a sua apresentação não se considera relevante para a compreensão das mesmas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em obediência aos princípios da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

8.1 Caracterização da entidade

A informação de identificação e caracterização da Autarquia consta do mapa síntese que acompanha a Prestação de Contas, a enviar ao Tribunal de Contas.

8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados:

8.2.1 – O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada dos três sistemas contabilísticos: orçamental, patrimonial e de custos.

A implementação da contabilidade de custos implica a completa articulação dos diversos sistemas informáticos da Autarquia (SCA, GES, SIC, OAD, SGP), geradores da informação necessária à realização dos diversos outputs. Atendendo à complexidade da integração de todos os Serviços envolvidos torna-se necessário o recurso a assessoria externa de acompanhamento pela software house do Município, bem como de formação interna, de maneira a garantir a adequada adaptabilidade do sistema a implementar, tendo este processo sido iniciado no ano em apreço, com início de implementação a ocorrer no ano 2014. A ausência da contabilidade de custos não tem reflexo no Balanço e na Demonstração de Resultados, visto que a demonstração de resultados por funções é facultativa para a Autarquia.

8.2.3 – Principais critérios valorimétricos:

- a) Para efeitos de avaliação e atualização, os bens do Imobilizado Corpóreo e os Bens do Domínio Público da Autarquia, estão contabilisticamente relevados pelos valores do custo de aquisição e, na sua falta, pelo valor de avaliação. As Imobilizações em Curso são valoradas pelo custo de construção.
- b) As Imobilizações incorpóreas estão valoradas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas, dentro dos limites das taxas legalmente fixadas;
- c) Os Investimentos Financeiros (partes de capital) encontram-se relevados ao preço de aquisição;
- d) A partir do exercício de 2011 o Município passou a registar as existências do economato de matérias em Armazém, mediante o sistema de inventário permanente, ao custo de aquisição;
- e) As Dívidas de e a Terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. A provisão para cobrança duvidosa corresponde aos valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva.
- f) As disponibilidades de Caixa e de Depósitos exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos;

g) As Amortizações foram calculadas em função da vida útil de cada tipo de bem. Para tal, foi utilizado o método das quotas constantes e as taxas aplicadas foram as previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

As amortizações efectuadas no exercício de 2013, constam do Mapa de Amortizações e Provisões, em anexo a estas notas, alinhado pelas contas patrimoniais. O cálculo destas amortizações corresponde a 40.736 registos e a uma listagem de 1.409 folhas.

h) Os Acréscimos de custos correspondem a encargos estimados com férias e subsídios de férias já vencidos, bem como com prémios de seguros, juros de mora, transferências e outros consumos diversos, cujo pagamento só é devido no exercício seguinte.

8.2.7 – Ativo Imobilizado:

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado do Balanço, estão contidos nos seguintes mapa do Ativo Bruto e de Amortizações e Provisões:

Ativo Bruto:

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Abates	Transferências	Saldo Final
De Bens de Domínio Público							
Terrenos e recursos naturais	6.876.204,46		28.551,45			228.171,48	7.132.927,39
Outras construções e infra-estruturas	225.119.278,88		18.536,98			1.270.022,24	226.407.838,10
Bens do património hist. artístico e cultural	23.036.444,09		53.588,93				23.090.033,02
Outros bens de domínio público	458.276,46						458.276,46
Imobilizações em curso	1.976.566,83		975.917,46			-1.294.489,64	1.657.994,65
Adiant. Por conta de bens domínio público	2.711.415,43		-70.439,36			-228.171,48	2.412.804,59
Sub total	260.178.186,15	0,00	1.006.155,46	0,00	0,00	-24.467,40	261.159.874,21
De Imobilizações Incorpóreas							
Despesas de investigação e desenvolvimento	436.491,93						436.491,93
Propriedade industrial e outros direitos	81.019,20		1.921,26				82.940,46
Sub total	517.511,13	0,00	1.921,26	0,00	0,00	0,00	519.432,39
De Imobilizações Corpóreas							
Terrenos e recursos naturais	10.679.760,12		77.060,00		2.569,76		10.754.250,36
Edifícios e outras construções	81.209.656,50		700.299,83		149,64	69.460,65	81.979.267,34
Equipamento básico	19.867.552,52		98.890,47		66.589,52	24.467,40	19.924.320,87
Equipamento de transporte	3.826.638,11		51.409,07		23.877,60		3.854.169,58
Ferramentas e utensílios	1.555.002,89		27.900,00	11.035,92			1.571.866,97
Equipamento administrativo	105.533,91				157,12		105.376,79
Outras imobilizações corpóreas	3.556.751,19		15.171,69		11.449,29		3.560.473,59
Imobilizações em curso	967.441,78						967.441,78
Sub total	348.798,18	0,00	239.423,41	11.035,92	104.792,93	-69.460,65	518.760,94
De Investimentos Financeiros	122.117.135,20	0,00	1.210.154,47	11.035,92	104.792,93	24.467,40	123.235.928,22
Partes de capital							
Sub total	606.208,00						606.208,00
Total	383.419.040,48	0,00	2.218.231,19	11.035,92	104.792,93	0,00	385.521.442,82

Amortizações:

Amortizações do exercício calculadas de acordo com a Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril:

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regulariz.	Saldo Final
De Bens de Domínio Público				
Outras construções e infra-estruturas	103.664.920,49	9.624.507,28		113.289.427,77
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.710.116,15	105.577,87		1.815.694,02
Outros bens	28.687,28	5.747,77		34.435,05
Subtotal	105.403.723,92	9.735.832,92		115.139.556,84
De Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de investigação e desenvolvimento	145.482,76	145.482,76		290.965,52
Propriedade industrial e outros direitos	30.329,19	25.981,57		56.310,76
Subtotal	175.811,95	171.464,33		347.276,28
De Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e outras construções:				
Edifícios	7.723.428,14	905.158,30	29,92	8.628.556,52
Outras construções	2.459.396,90	438.953,92	6.667,05	2.891.683,77
Equipamento básico	2.855.870,88	190.137,67	23.877,60	3.022.130,95
Equipamento de transporte	1.362.628,46	45.108,60	11.035,92	1.396.701,14
Ferramentas e utensílios	100.847,50	2.137,17	157,12	102.827,55
Equipamento administrativo	3.492.987,27	45.262,86	11.449,29	3.526.800,84
Outras imobilizações corpóreas	643.016,40	14.959,26		657.975,66
Subtotal	18.638.175,55	1.641.717,78	53.216,90	20.226.676,43
Total	124.217.711,42	11.549.015,03	53.216,90	135.713.509,55

8.2.8 - Relação dos bens móveis e imóveis abatidos e alienados durante o exercício:

Conta patrimonial 421 – Terrenos e recursos naturais

Qt	Descrição	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Obsv.
1	Terreno para construção	2.012,50	0,00	2.012,50	Permuta
1	Terreno para construção	557,26	0,00	557,26	Doação a)
	Total	2.569,76	0,00	2.569,76	

a) Escritura de doação aos Bombeiros Voluntários de Ermesinde, em 1999, regularizada no Inventário Municipal no exercício de 2013

Conta patrimonial 4221 – Edifícios

Qt	Descrição	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Obsv.
1	Prédio de 3 divisões destinado habitação	149,64	29,92	119,72	Alienação b)
	Total	149,64	29,92	119,72	

b) Escritura de compra e venda de 1986, regularizada no Inventário Municipal no exercício de 2013

Conta patrimonial 4222 – Outras construções

Qt	Descrição	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Obsv.
1	Fração P destinada a comércio R. R. Freitas	66.589,52	6.667,05	59.922,47	Alienação c)
	Total	66.589,52	6.667,05	59.922,47	

c) Escritura de compra e venda de 1998, regularizada no Inventário Municipal no exercício de 2013

Conta patrimonial 423 – Equipamento básico

Qt	Descrição	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Obsv.
1	Máquina cortar relva n.º 21	1.615,50	1.615,50	0,00	Inutilizado
1	Máquina cortar relva Honda n.º 28	906,42	906,42	0,00	✓
1	Moto-roçadora Honda UMK 435 U3E n.º 17	442,40	442,40	0,00	✓
1	Moto-roçadora Honda UMK 435 U3E n.º 22	442,40	442,40	0,00	✓
1	Moto-roçadora Honda UMK 435 U3E n.º 26	442,40	442,40	0,00	✓
1	Máquina Dumper n.º 6 Vima	997,60	997,60	0,00	✓
1	Dumper com pá-carregadora Silla	19.030,88	19.030,88	0,00	✓
	Total	23.877,60	23.877,60	0,00	

Conta patrimonial 424 – Equipamento de transporte

Qt	Descrição	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Obsv.
1	Viatura Volvo AU-98-19	4.987,98	4.987,98	0,00	Sucata
1	Viatura Volvo PT-36-92	6.047,94	6.047,94	0,00	✓
	Total	11.035,92	11.035,92	0,00	

Conta patrimonial 425 – Ferramentas e utensílios

Qt	Descrição	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Obsv.
1	Moto-roçadora Partner tipo completo n.º 4	157,12	157,12	0,00	Inutilizado
	Total	157,12	157,12	0,00	

Conta patrimonial 426 – Equipamento administrativo

Qt	Descrição	Valor de Aquisição	Amortização acumulada	Valor Líquido	Obsv.
1	Impressora HP Deskjet F2280	63,99	63,99	0,00	Inutilizado
1	Impressora HP Vetra VL400	1.045,28	1.045,28	0,00	✓
1	Computador Desktop c/ monitor 15"	1.313,84	1.313,84	0,00	✓
1	Computador HP Compaq dx2000 monitor	987,23	987,23	0,00	✓
1	Ups – alimentador de energia	116,63	116,63	0,00	✓
1	Computador Workstations 3,0H	301,55	301,55	0,00	✓
1	Computador Compaq Desktop	1.294,23	1.294,23	0,00	✓
1	Computador monitor teclado Vetra	1.137,18	1.137,18	0,00	✓
1	Computador PC inm	1.382,02	1.382,02	0,00	✓
1	Computador PC inm	1.119,72	1.119,72	0,00	✓
1	Computador Sinc Master	1.108,02	1.108,02	0,00	✓
1	Monitor Samtron	233,44	233,44	0,00	✓
1	Monitor Samtron	233,44	233,44	0,00	✓
1	Monitor Samtron	233,44	233,44	0,00	✓
1	Monitor Samtron	166,32	166,32	0,00	✓
1	Monitor Samtron	166,32	166,32	0,00	✓
1	Impressora jato Tintan HP Deskjet	377,18	377,18	0,00	✓
1	Impressora HP Deskjet	146,32	146,32	0,00	✓
1	Monitor 17"	23,14	23,14	0,00	✓
	Total	11.449,29	11.449,29	0,00	

8.2.14 – O sistema de inventário e cadastro patrimonial ainda não contempla por completo os registos dos bens identificados, tais como os quatro blocos do Bairro Municipal do Outeiro do Linho, assim como a fração A (Cave) na Rua Rodrigues de Freitas, em Ermesinde, esta decorrente de expropriação no âmbito do POLIS. Estes factos ocorrem por falta de elementos correspondentes à identificação dos anteriores proprietários, com implicações no registo dos prédios em causa.

8. 2.15 – Todos os bens de domínio público foram sujeitos a amortização.

8.2.16 - Mapa das participações financeiras

Denominação Social	Sede	Participação do Município			Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ano	Obsv
		Natureza	Parcela Detida	%				
Águas do Douro e Paiva, SA	Avda. de França, 256, 8º 4050 Porto	15 títulos representativos de 115.048 ações	575.240,00	2,96	22.948.129,00	2.484.478,00	2010	a) b)
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Área Metropolitana do Porto, C.R.L.	Av.Visconde Barreiros, 85, 4470 -151 Maia	2000 títulos de capital	4.990,00	0,133	1.095.076.988,00	44.708.142,00	2012	b)
Portgás-Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, SA	Avda.D.Nuno Álvares Pereira, Parque Real, Matosinhos	3 títulos no total de 2.100 ações	10.479,00	0,133	172.939.000,00	19.909.000,00	2013	
Primus - M.G.V. Promoção e Desenvolvimento Regional, SA	Av. Aliados,236, 4º Esquerdo, 4440 Porto	Título de 100 ações	499,00	0,0613	200.947,43	-2.904,78	2013	a)
Vallis Habita, EM – Empresa Municipal de Gestão de Empreend. Habit. do Concelho de Valongo	Rotunda 1º de Maio,nº 160, Sala 25, 4440 Valongo	Numerário	15.000,00	100	19.598.916,90	53.008,93	2013	a)

a) Consideradas empresas públicas - art.º 3º do Dec.Lei nº 558/99, de 17/12

b) Dados de 2013 não disponíveis

Participação Financeira na Empresa Vallis Habita, EM

Em 18.03.1998 foi proposta pela Câmara Municipal a criação da empresa Vallis Habita - Sociedade Municipal de Gestão de Empreendimentos Habitacionais de Valongo, EM, cuja constituição foi aprovada pela Assembleia Municipal em 03.04.1998, com escritura assinada em 26.01.2000. O capital inicial aquando da constituição foi fixado em 9.975,96 €. À data de 02.04.2004, foi autorizado pela Câmara Municipal o aumento do capital estatutário passando o mesmo a ser de 15.000,00 €.

A referida empresa tem como objetivo principal a gestão social, patrimonial e financeira dos complexos habitacionais da Autarquia, assegurando a manutenção do parque edificado, promovendo uma adequada gestão patrimonial, garantindo todas as ações de cobrança de rendas e executando todas as obras de conservação dos edifícios e espaços exteriores.

O novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, no seu art.º 40º, n.º 1, refere que as empresas locais deverão apresentar resultados anuais equilibrados. Dispõe ainda o n.º 2 do mesmo artigo que, caso o resultado líquido antes de impostos se apresente negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.

No exercício do ano 2013, as contas da empresa Vallis Habita, EM, de acordo com o estabelecido na Lei, estavam em cumprimento da regra de equilíbrio visto que a mesma apresentava um resultado positivo de 53.008,93 €. A diferença entre a soma dos Passivos e a soma dos Ativos é positiva, não relevando para efeitos de endividamento líquido municipal. Deste modo, não haverá lugar à transferência relativa à cobertura dos resultados do exercício.

Por publicação no Diário da República n.º 123, III Série, de 27 de maio de 1999, foi constituída a Sociedade Anónima Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional, SA, com sede no concelho da Maia, cujo objeto consiste no desenvolvimento regional, com ação na promoção, conceção, elaboração, realização e gestão de projetos de ordem económica e social na área geográfica de inserção. Da estrutura inicial, fazem parte nove municípios, entre os quais o de Valongo, que, à data da constituição da sociedade, integravam a Grande Área Metropolitana do Porto, detendo no seu conjunto 60,46% do capital social, sendo a própria Grande Área Metropolitana do Porto acionista com 3,62% para além de outras entidades pública e privadas. Com a publicação da Lei n. 53-F/2006, de 29 de setembro, que aprovou o novo regime jurídico do sector empresarial local, as sociedades constituídas nos termos da lei comercial, nas quais os municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas de Lisboa e Porto detenham a maioria do capital, passam a integrar-se naquele setor como empresas municipais, intermunicipais ou metropolitanas, tendo o prazo de dois anos, desde a publicação daquele diploma, para a sua transformação numa destas estruturas empresariais.

Em sede da Junta Metropolitana do Porto reunida com os catorze Municípios foi aprovado, por unanimidade, que a Grande Área Metropolitana do Porto ficaria a deter a maioria do capital da Primus MG, Promoção e Desenvolvimento Regional, SA, nos termos da seguinte fórmula: os nove municípios já associados, entre os quais o de Valongo, venderiam à Grande Área Metropolitana do Porto o remanescente das cem ações e os restantes municípios, comprariam cem ações, todas ao valor nominal.

Desta forma, e com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a Primus MG, Promoção e Desenvolvimento Regional, SA passou a ser uma empresa metropolitana, com um novo modelo de governação da sociedade, agilizando a gestão e reforçando a influência da Grande Área Metropolitana do Porto. O Município passou a deter 100 ações.

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa é de 2.414.719,42 € e encontra-se incluído na rubrica 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa do Balanço, no montante de 169.479,16 €, na rubrica 2648 – Devedores de cobrança duvidosa, na quantia de 2.242.576,00 € e na rubrica 268618 – Créditos de cobrança duvidosa, no valor de 2.664,26 €, tendo sido constituídas as respetivas provisões.

8.2.26 – Contas de ordem

Código e designação das contas	Saldo gerência anterior		Movimento anual		Saldo para gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e Cauções						
093	Garantias e cauções:					
0932	Prestadas por Fornecedores	6.539.364,86	825.193,71		7.364.558,57	
0933	Garantias e cauções de terceiros, Devolvidas			199.643,28		199.643,28
0934	Garantias e cauções de terceiros, Acionadas			24.380,00		24.380,00
	Subtotal	6.539.364,86	825.193,71	224.023,28	7.364.558,57	224.023,28
Recibos para Cobrança						
092	Recibos para cobrança (receita virtual):					
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	43,08	6.174,94	3.534,05	6.218,02	3.534,05
0922	À responsabilidade de Outros Agentes	169.407,68		2.615,49	169.407,68	2.615,49
	Subtotal	169.450,76	6.174,94	6.149,54	175.625,70	6.149,54
	Total	6.708.815,62	831.368,65	230.172,82	7.540.184,27	230.172,82

8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Código das contas	Descrição	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
291	Provisões para cobranças duvidosas	2.397.318,36	18.594,40	2.435,69	2.413.477,07
292	Provisões para riscos e encargos	479.929,24	459.027,63	96.000,00	842.956,87
	Total	2.877.247,60	477.622,03	98.435,69	3.256.433,94

No ano 2013 foram constituídas provisões para obviar a situações que poderão, no futuro, ocasionar situações de dívida, no montante de 18.594,40 €, relativas a quantias não pagas por clientes e utentes.

Foram também constituídas provisões para riscos e encargos relativas a processos judiciais em curso, de forma a reconhecer a probabilidade do risco implícito no desfecho das seguintes ações judiciais:

Processo judicial	Autor	Montante da ação	Valor previsual a pagar
N.º 535/04.6BEPNF	Domingos Soares	196.700,00 €	100.000,00 €
N.º 2008/11.1BEPNF	Irmãos Lomba Lda	200.000,00 €	200.000,00 €
N.º 114/12.4BEPNF	Hugo Filipe de Sousa Nogueira	927,21 €	927,21 €
N.º 676/02-3.º Juízo TAF Porto	Soc. Empreitadas Adriano SA	54.1342,93 €	83.002,03 €
N.º 135/12.7TBVVG	José Martins M. Venda	139.333,86 €	128.352,77 €
N.º 737/10.6BEPNF	Costeira Empreiteiros- Soc. Constr., Lda	89.946,76 €	45.000,00 €
N.º 5458/05.9TBVVG	António Filipe Nicolau Ferreira Gonçalves	328.741,61 €	60.000,00 €
N.º 124/05.8TBVVG	José Eduardo Figueira Castro Neves	33.260,00 €	22.040,00 €
N.º 3714/06.8TBVVG	Maria da Conceição Pereira Pinto	79.511,04 €	3.128,60 €
N.º 820/09.0TBVVG	Maria Rita Neves Coelho da Silva	217.634,05 €	28.401,40 €
N.º 1462/09.6TBVVG	Maria Rita Neves Coelho da Silva	8.859,65 €	1.583,73 €
N.º 1372/09.7TBVVG	Construções Rudiau	275.000,00 €	170.521,13 €
Total a provisionar		2.111.257,11 €	842.956,87 €

8.2.28 – Movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial”, constantes do Balanço:

Código	Descrição	Saldo inicial	Variações	Saldo final
51	<i>Património</i>	239.067.351,45		
	Edif PSP Val./Ex. Trib. Trab. Esc. Justif.		479.960,00	
	Ex. Cido/Conserv. Escrit. Justif.		183.340,00	
	Terreno - Rua Gestosa Escrit Justif.		4.010,00	239.734.661,45
571	<i>Reservas legais</i>			
	Aplicação Resultado exerc. 2002	217.235,31		217.235,31
575	<i>Subsídios</i>	1.197.155,92		1.197.155,92
576	<i>Doações</i>	465.145,38		465.145,38
	<i>Resultados transitados</i>	4.127.470,95		
591	Remanescente Res Liq 2002			4.127.470,95
592	Resultado líquido 2003	-2.620.124,96		-2.620.124,96
593	Resultado líquido 2004	-5.098.066,63		-5.098.066,63
594	Resultado líquido 2005	-4.942.809,49		-4.942.809,49
595	Resultado líquido 2006	-1.656.386,10		-1.656.386,10
596	Resultado líquido 2007	-3.427.579,64		-3.427.579,64
597	Resultado líquido 2008	-2.276.329,92		-2.276.329,92
598	Resultado líquido 2009	-7.108.576,78		-7.108.576,78
5901	Resultado líquido 2010	-8.107.840,85		-8.107.840,85
5902	Resultado líquido 2011	-7.006.032,69		-7.006.032,69
5902	Resultado líquido 2012		-6.098.290,73	-6.098.290,73
599	<i>Regularizações de exercícios anteriores</i>			
	Coreção notas de crédito de exercícios anteriores	-19.143.713,79		-19.143.713,79
		183.686.898,16	-5.430.980,73	178.255.917,43

Os valores registados na conta 51 Património respeitam a edifícios e terrenos, cujas escrituras e respetivos registos e inventariação ocorreram durante o ano 2013.

8.2.29 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas Subs. Cons.	Total
Existências Iniciais	0,00	157.137,77	157.137,77
Compras	338,32	298.477,34	298.815,66
Regularização de Existências	0,00	-225,79	-225,79
Existências Finais	243,82	172.251,62	172.495,44
Custos no Exercício	94,50	283.137,70	283.232,20

8.2.31 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Código Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados	872.647,22	1.314.055,45	781	Juros obtidos	26.880,21	11.109,81
688	Outros custos e perdas financeiros	7.499,32	6.759,71	783	Rendimentos de imóveis	2.135.091,77	2.171.592,02
				784	Rendimentos participações capital	154.571,17	27.346,12
				786	Descontos de pronto pagamento obtidos	277,85	280,99
	Resultados financeiros	1.436.674,46	889.513,78				
		2.316.821,00	2.210.328,94			2.316.821,00	2.242.404,57

8.2.32 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	507.906,09	490.110,07	793	Ganhos em existências	75,00	563,82
693	Perdas em existências	31,88	1.132,97	794	Ganhos em imobilizações	72.930,28	7.012,50
694	Perdas em imobilizações	62.492,23	1.124.471,94	795	Benefícios de penalidades contratuais	111.887,06	168.522,62
696	Aumentos amortizações e de provisões	0,00	262.330,32	796	Reduções amortizações e de provisões	100.435,69	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	861.931,31	171.752,57	797	Correções relativas a exercícios anteriores	430.054,72	1.198.340,75
698	Outros custos e perdas extraordinários	157.297,04	190.519,86	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	832.793,40	620.610,28
	Resultados extraordinários	-41.482,40	-245.267,76				
		1.548.176,15	1.995.049,97			1.548.176,15	1.995.049,97

8.2.33 - Notas diversas

No ano 2013, para uma leitura mais rigorosa dos elementos do Balanço, foram individualizadas as amortizações a pagar no ano seguinte, como segue:

- dívida consolidada à EDP no montante total de 19.546.434,82 €, relevada na dívida a curto prazo: 648.250,00 €;

- capital em dívida respeitante aos empréstimos a médio e longo prazo no total de 31.266.736,89 €, relevado na dívida a curto prazo: 3.348.265,98 €.

Encontra-se em curso uma ação judicial, inerente a uma quantia reclamada por uma Entidade, cuja suposta contrapartida seria a construção de habitação social. O Município nunca se reconheceu como devedor deste montante, uma vez que nunca foi realizado nenhum contrato com a mesma entidade. Deste modo, a

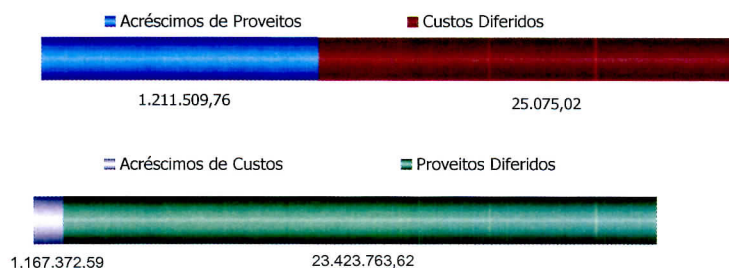
pretensa dívida não se encontra relevada no Passivo do Município. Em 13 de setembro de 2012 foi proferida sentença, tendo o Município sido absolvido do pedido. Esta ação encontra-se em fase de recurso.

Em 15 de janeiro de 2013, o Tribunal de Contas concedeu o visto ao empréstimo no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local, no montante de 16.263.896,27 €. No decorrer do ano, foram efetuados todos os pagamentos inerentes ao Programa em apreço, tendo sido igualmente pagos os respetivos juros e amortizações do empréstimo, relativas a 2013.

As presentes demonstrações financeiras foram colocadas à disposição do executivo para apresentação em reunião de Câmara a 11 de abril de 2014.

Acréscimos e diferimentos

Ativo	2013	Passivo	2013
Acréscimos de Proveitos		Acréscimos de Custos	
Juros a receber	150,93	Remunerações a liquidar	562.000,23
Outros acréscimos de proveitos	1.211.358,83	Outros acréscimos de custos	605.372,36
Sub total	1.211.509,76	Sub total	1.167.372,59
Custos Diferidos		Proveitos Diferidos	
Outros custos diferidos	25.075,02	Subsídios para investimentos	23.603.492,93
Sub total	25.075,02	Outros proveitos diferidos	3.687,24
Sub total	25.075,02	Sub total	23.607.180,17
Total	1.236.584,78	Total	24.774.552,76



Afetação dos Subsídios para Investimentos a Proveitos do Exercício

Finalidade	Valor até 2013 (Proveitos diferidos)	Amortizado em 2013 (Proveitos de exercício)	Saldo final 2013 (a afetar a exercícios futuros)
Construção Escola da Retorta	429.008,70	3.024,23	425.984,47
Aqueduto dos Arcos	0,00	523,18	77.562,74
Requalificação ampliação Escola das Saibreiras- Ermesinde	157.999,23	2.288,50	155.710,73
Requalificação ampliação Escola de Balsehas - Campo	214.514,12	3.063,83	211.450,29
Requalificação ampliação Escola de Sampaio - Ermesinde	229.446,61	1.640,08	227.806,53
Requalificação ampliação Escola do Barreiro - Alfena	232.967,45	1.713,13	231.254,32
Construção da Escola da Estação - Valongo	917.262,82	12.392,13	904.870,69
Construção da Escola do Valado - Valongo	1.735.263,24	23.293,50	1.711.969,74
Requalificação ampliação Escola da Boavista - Valongo	237.208,21	1.694,29	235.513,92
Construção da Escola Mirante Sonhos - Ermesinde	1.689.247,53	21.382,88	1.667.864,65
Aquisição de 46 fogos Montes da Costa	1.052.768,84	14.188,49	1.038.580,35
Programa Polis	6.512.058,38	149.002,29	6.363.056,09
Requalif.envolvente das Capelas Stª Justa e S. Sabino	579.563,57	47.758,78	531.804,79
Pavilhão Gimnodesportivo de Campo	697.937,57	10.800,46	687.137,11
Pavilhão Gimnodesportivo de Sobrado	537.717,74	10.061,91	527.655,83
Nova Escola EB1/JI de Valongo	574.560,00	8.162,10	566.397,90
Reservatórios de abastecimento de água	2.883.133,63	16.655,95	2.866.477,68
Centro Empresarial Campo - Via Distribuidora 1ª Fase	1.456.504,54	80.845,63	1.375.658,91
Construção da Escola Campelo - Sobrado	1.239.012,04	16.130,07	1.222.881,97
Requalificação ampliação Escola Susão - Valongo	549.327,93	8.162,86	541.165,07
Construção da Escola Moirais - Campo	830.341,92	10.810,20	819.531,72
Programa Rede Bibliotecas	8.000,00	4.000,00	4.000,00
Consolidação das TICS - Parque Escolar	94.435,73	34.966,88	59.468,85
Revisão Plano de Emergência	6.210,21	2.674,55	3.535,66
Eficiência Energética Regul. Flu. Luminosos C. Valongo	0,00	0,00	536.255,62
Const.passag.inf.Km9,095 p/supressão passag.nível Km9,087	693.333,16	83.435,86	609.897,30
Total	23.557.823,17	568.671,78	23.603.492,93

Estrutura e evolução Patrimonial

O Balanço representa a situação do Património da Autarquia e encontra-se estruturado segundo as massas do Ativo e Passivo, agrupadas por elementos patrimoniais homogêneos:

- o Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis custos diferidos
- o Passivo reconhece as obrigações e os proveitos diferidos
- os Fundos Próprios são a diferença entre o Passivo e o Ativo

A seguir apresenta-se, a estrutura e a evolução patrimonial da Autarquia :

QUADRO Nº 1

Descrição	Ano de 2013		Ano de 2012		Variação		Ano de 2011	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%	Valor	Peso %
Imobilizado	249.807.933,27	98,94%	259.201.329,06	98,61%	-9.393.395,79	-3,62%	270.239.848,29	98,89%
Existências	172.495,44	0,07%	157.137,77	0,06%	15.357,67	9,77%	187.776,66	0,07%
Dívidas de Terceiros	10.231,04	0,00%	480.458,05	0,18%	-470.227,01	-97,87%	772.344,35	0,28%
Disponibilidades	1.255.432,01	0,50%	2.343.179,35	0,89%	-1.087.747,34	-46,42%	1.190.829,63	0,44%
Acréscimos e diferimentos	1.236.584,78	0,49%	684.785,14	0,26%	551.799,64	80,58%	893.241,79	0,33%
Ativo	252.482.676,54	100%	262.866.889,37	100%	-10.384.212,83	-3,95%	273.284.040,72	100%
Património	239.734.661,45	139%	239.067.351,45	135%	667.310,00	0,28%	237.568.317,25	130,42%
Reservas	1.879.536,61	1,09%	1.879.536,61	1,06%	0,00	0,00%	1.844.661,29	1,01%
Resultados	-68.805.019,97	-39,82%	-63.358.280,63	-35,68%	-5.446.739,34	8,60%	-57.259.989,90	-31,44%
Fundos Próprios	172.809.178,09	100%	177.588.607,43	100%	-4.779.429,34	-2,69%	182.152.988,64	100%
Provisões para riscos e encargos	842.956,87	1,06%	481.929,24	0,57%	361.027,63	74,91%	0,00	0,00%
Dívidas a Terceiros a m.l.p	46.816.655,82	58,76%	34.370.912,87	40,30%	12.445.742,95	36,21%	37.983.273,08	41,68%
Dívidas a Terceiros a c.p.	7.239.333,00	9,09%	26.308.993,38	30,85%	-19.069.660,38	-72,48%	27.785.405,94	30,49%
Acréscimos e diferimentos	24.774.552,76	31,10%	24.116.446,45	28,28%	658.106,31	2,73%	25.362.373,06	27,83%
Passivo	79.673.498,45	100%	85.278.281,94	100%	-5.604.783,49	-6,57%	91.131.052,08	100%
Passivo+Fundos Próprios	252.482.676,54		262.866.889,37		-10.384.212,83	-3,95%	273.284.040,72	

FIGURA 1



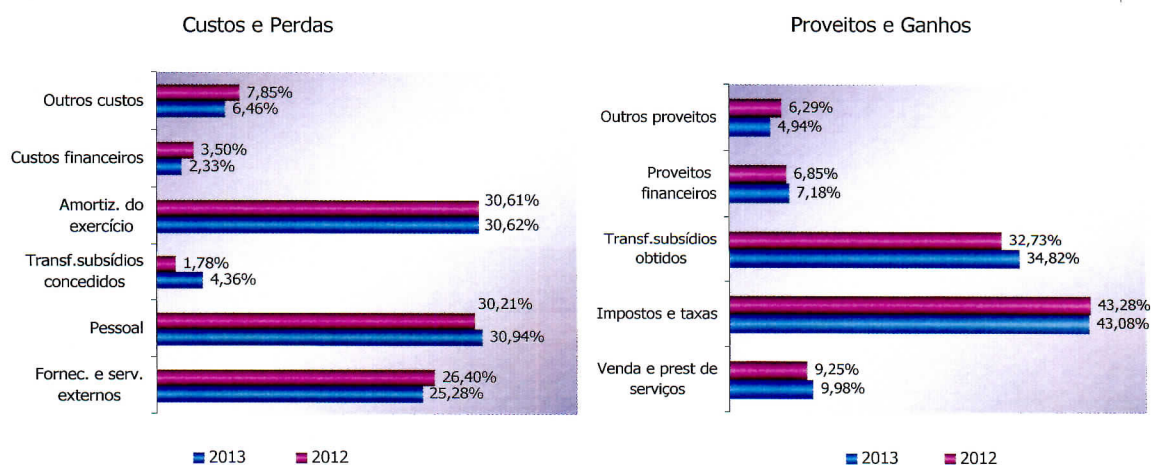
Demonstração de Resultados por Natureza

Das atividades desenvolvidas no decurso do ano económico, resulta um total de custos no montante de 37.717.989,68 € e de proveitos no valor de 32.271.250,34 €. Desta situação, apurou-se um resultado líquido negativo de 5.446.739,34 €, que se reflete no quadro seguinte, procedendo-se ainda a uma análise comparativa entre custos e proveitos do ano 2012.

QUADRO Nº 2

Natureza	Ano de 2012		Ano de 2013		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Custos e Perdas						
Fornecimentos e serv. externos	9.956.977,47	26,40%	9.535.155,85	25,28%	-421.821,62	-4,24%
Pessoal	11.395.449,93	30,21%	11.671.239,33	30,94%	275.789,40	2,42%
Transf.subsídios concedidos	671.772,33	1,78%	1.644.366,30	4,36%	972.593,97	144,78%
Amortizações do exercício	11.546.486,61	30,61%	11.549.015,03	30,62%	2.528,42	0,02%
Custos financeiros	1.320.815,16	3,50%	880.146,54	2,33%	-440.668,62	-33,36%
Outros custos	2.959.040,41	7,85%	2.438.066,63	6,46%	-520.973,78	-17,61%
Totais	37.850.541,91	100%	37.717.989,68	100%	-132.552,23	-0,350%
Proveitos e Ganhos						
Venda e prestações de serviços	2.983.871,44	9,25%	3.221.459,07	9,98%	237.587,63	7,96%
Impostos e taxas	13.966.918,55	43,28%	13.901.083,92	43,08%	-65.834,63	-0,47%
Transf.subsídios obtidos	10.561.601,19	32,73%	11.236.734,43	34,82%	675.133,24	6,39%
Proveitos financeiros	2.210.328,94	6,85%	2.316.821,00	7,18%	106.492,06	4,82%
Outros proveitos	2.029.531,06	6,29%	1.595.151,92	4,94%	-434.379,14	-21,40%
Totais	31.752.251,18	98%	32.271.250,34	100%	518.999,16	1,63%
Resultado Líquido do Exercício	-6.098.290,73		-5.446.739,34		651.551,39	

FIGURA 2



2. PROCESSO ORÇAMENTAL

2.1. RECEITA

Controlo orçamental da Receita

Estrutura e execução da Receita:

- Receita cobrada
- Receitas próprias
- Receita fiscal
- Transferências

Controlo Orçamental - Receita

Ano: 2013

Câmara Municipal de Valongo

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigida	Rec. por Cobrar no início do ano	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Rec. Cobradas Brutas	Reembolsos e Rest. Emitidos	Reembolsos e Rest. Pagos	Receita Cobrada Líquida	Rec. p/ Cobrar no final do Ano	Grau Exec. da Receita
Classif.	Designação										
01	Impostos directos	14.292.194,74	0,00	12.946.715,02	0,00	12.946.715,02	136.090,80	136.090,80	12.810.624,22	0,00	89,634
0102	Outros	14.292.194,74	0,00	12.946.715,02	0,00	12.946.715,02	136.090,80	136.090,80	12.810.624,22	0,00	89,634
010202	Imposto municipal sobre imóveis	10.180.623,74	0,00	8.180.026,08	0,00	8.180.026,08	72.634,51	72.634,51	8.107.391,57	0,00	79,636
010203	Imposto único de circulação	1.591.008,00	0,00	1.993.217,03	0,00	1.993.217,03	1.020,55	1.020,55	1.992.196,48	0,00	125,216
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	1.535.427,00	0,00	1.630.556,82	0,00	1.630.556,82	61.409,70	61.409,70	1.569.147,12	0,00	102,196
010205	Derrama	976.112,00	0,00	1.123.434,09	0,00	1.123.434,09	0,00	0,00	1.123.434,09	0,00	115,093
010207	Impostos abolidos	9.024,00	0,00	19.481,00	0,00	19.481,00	1.026,04	1.026,04	18.454,96	0,00	204,510
01020701	Contribuição autárquica	8.989,00	0,00	8.341,96	0,00	8.341,96	7,17	7,17	8.334,79	0,00	92,722
01020702	Imposto municipal de sisa	35,00	0,00	11.139,04	0,00	11.139,04	1.018,87	1.018,87	10.120,17	0,00	28914,771
02	Impostos indirectos	679.288,00	58.810,47	361.421,50	256,40	363.532,20	525,72	525,72	363.006,48	56.443,37	53,439
0202	Outros	679.288,00	58.810,47	361.421,50	256,40	363.532,20	525,72	525,72	363.006,48	56.443,37	53,439
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.localis	679.288,00	58.810,47	361.421,50	256,40	363.532,20	525,72	525,72	363.006,48	56.443,37	53,439
02020602	Loteamentos e obras	128.476,00	36.424,97	60.948,53	0,00	60.948,53	0,00	0,00	60.948,53	36.424,97	47,440
02020603	Ocupação da via pública	79.464,00	7.067,68	45.560,36	0,00	46.796,46	228,50	228,50	46.567,96	5.831,58	58,603
02020605	Publicidade	258.986,00	15.317,82	111.439,78	230,85	112.339,93	40,90	40,90	112.299,03	14.186,82	43,361
02020699	Outros	212.362,00	0,00	143.472,83	25,55	143.447,28	256,32	256,32	143.190,96	0,00	67,428
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	377,00	0,00	633,51	0,00	633,51	0,00	0,00	633,51	0,00	168,040
0202069999	Outros	211.985,00	0,00	142.839,32	25,55	142.813,77	256,32	256,32	142.557,45	0,00	67,249
04	Taxas, multas e outras penalidades	782.244,00	21.904,04	357.505,40	76,65	357.428,75	378,14	378,14	357.050,61	21.904,04	45,644
0401	Taxas	595.838,00	21.294,05	244.406,36	76,65	244.329,71	176,14	176,14	244.153,57	21.294,05	40,977
040123	Taxas específicas das autarquias locais	595.838,00	21.294,05	244.406,36	76,65	244.329,71	176,14	176,14	244.153,57	21.294,05	40,977
04012302	Loteamentos e obras	41.459,00	0,00	11.827,90	0,00	11.827,90	0,00	0,00	11.827,90	0,00	28,529
04012303	Ocupação da via pública	23.810,00	417,65	11.264,65	0,00	11.264,65	0,00	0,00	11.264,65	417,65	47,311
04012305	Caça, uso e porte de arma	90,00	0,00	105,18	0,00	105,18	0,00	0,00	105,18	0,00	116,867
04012399	Outras	530.479,00	20.876,40	221.208,63	76,65	221.131,98	176,14	176,14	220.955,84	20.876,40	41,652
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	80,00	0,00	63,66	0,00	63,66	0,00	0,00	63,66	0,00	79,575
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	108,00	0,00	296,25	0,00	296,25	0,00	0,00	296,25	0,00	274,306
0401239999	Outros	530.291,00	20.876,40	220.848,72	76,65	220.772,07	176,14	176,14	220.595,93	20.876,40	41,599
0402	Multas e outras penalidades	186.406,00	609,99	113.099,04	0,00	113.099,04	202,00	202,00	112.897,04	609,99	60,565
040201	Juros de mora	35.009,00	0,00	57.648,36	0,00	57.648,36	0,00	0,00	57.648,36	0,00	164,667
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	150.954,00	513,60	54.034,02	0,00	54.034,02	202,00	202,00	53.832,02	513,60	35,661
040299	Multas e penalidades diversas	443,00	96,39	1.416,66	0,00	1.416,66	0,00	0,00	1.416,66	96,39	319,788
05	Rendimentos da propriedade	1.865.266,00	0,00	1.938.548,67	0,00	1.938.548,67	0,00	0,00	1.938.548,67	0,00	103,929
0502	Juros-Sociedades financeiras	6.838,00	0,00	8.160,19	0,00	8.160,19	0,00	0,00	8.160,19	0,00	119,336
050201	Bancos e outras instituições financeiras	6.838,00	0,00	8.160,19	0,00	8.160,19	0,00	0,00	8.160,19	0,00	119,336
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	47.811,00	0,00	154.571,17	0,00	154.571,17	0,00	0,00	154.571,17	0,00	323,296
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	25.296,00	0,00	42.503,00	0,00	42.503,00	0,00	0,00	42.503,00	0,00	168,023
050703	Empresas privadas	22.515,00	0,00	112.068,17	0,00	112.068,17	0,00	0,00	112.068,17	0,00	497,749
0510	Rendas	1.810.617,00	0,00	1.775.817,31	0,00	1.775.817,31	0,00	0,00	1.775.817,31	0,00	98,078
051003	Habitacões	458.714,00	0,00	394.650,27	0,00	394.650,27	0,00	0,00	394.650,27	0,00	86,034
051004	Edifícios	1.000,00	0,00	4.305,00	0,00	4.305,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	430,500

Controlo Orçamental - Receita

Ano: 2013

Câmara Municipal de Valongo

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigida	Rec. por Cobrar no início do ano	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Rec. Cobradas Brutas	Reembolsos e Rest. Emitidos	Reembolsos e Rest. Pagos	Receita Cobrada Líquida	Rec. p/ Cobrar no final do Ano	Grau Exec. da Receita
Classif.	Designação										
051005	Bens de domínio público	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
051099	Outros	1.349.903,00	0,00	1.376.862,04	0,00	1.376.862,04	0,00	0,00	1.376.862,04	0,00	104,997
06	Transferências correntes	9.960.180,79	0,00	9.973.972,65	0,00	9.973.972,65	0,00	0,00	9.973.972,65	0,00	100,138
0603	Administração central	9.960.180,79	0,00	9.973.972,65	0,00	9.973.972,65	0,00	0,00	9.973.972,65	0,00	100,138
060301	Estado	9.813.209,00	0,00	9.918.053,68	0,00	9.918.053,68	0,00	0,00	9.918.053,68	0,00	101,068
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.461.894,00	0,00	4.461.894,00	0,00	4.461.894,00	0,00	0,00	4.461.894,00	0,00	100,000
06030102	Fundo Social Municipal	1.436.662,00	0,00	1.436.662,00	0,00	1.436.662,00	0,00	0,00	1.436.662,00	0,00	100,000
06030103	Participação variável no IRS	2.360.995,00	0,00	2.360.995,00	0,00	2.360.995,00	0,00	0,00	2.360.995,00	0,00	100,000
06030199	Outras	1.553.658,00	0,00	1.658.502,68	0,00	1.658.502,68	0,00	0,00	1.658.502,68	0,00	106,748
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	101.660,00	0,00	25.501,53	0,00	25.501,53	0,00	0,00	25.501,53	0,00	25,085
060307	Serviços e fundos autónomos	45.311,79	0,00	30.417,44	0,00	30.417,44	0,00	0,00	30.417,44	0,00	67,129
07	Venda de bens e serviços correntes	3.906.980,00	251.304,51	3.609.285,39	0,00	3.777.382,26	0,00	0,00	3.777.382,26	83.207,64	96,683
0701	Venda de bens	17.469,00	1.355,46	12.514,49	0,00	10.363,49	0,00	0,00	10.363,49	3.506,46	59,325
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	16.010,00	0,00	8.798,46	0,00	8.798,46	0,00	0,00	8.798,46	0,00	54,956
07011001	Sucata	16.010,00	0,00	8.798,46	0,00	8.798,46	0,00	0,00	8.798,46	0,00	54,956
070199	Outros	1.459,00	1.355,46	3.716,03	0,00	1.565,03	0,00	0,00	1.565,03	3.506,46	107,267
0702	Serviços	3.496.905,00	130.696,77	3.228.735,80	0,00	3.283.672,22	0,00	0,00	3.283.672,22	75.760,35	93,902
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	445.925,00	0,00	407.277,47	0,00	407.277,47	0,00	0,00	407.277,47	0,00	91,333
07020801	Serviços sociais	97,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
07020802	Serviços recreativos	105,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0702080299	Outros	105,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
07020803	Serviços culturais	3.882,00	0,00	1.070,91	0,00	1.070,91	0,00	0,00	1.070,91	0,00	27,587
0702080399	Outros	3.882,00	0,00	1.070,91	0,00	1.070,91	0,00	0,00	1.070,91	0,00	27,587
07020804	Serviços desportivos	441.841,00	0,00	406.206,56	0,00	406.206,56	0,00	0,00	406.206,56	0,00	91,935
070209	Serviços específicos das autarquias	3.050.976,00	130.696,77	2.821.092,23	0,00	2.876.028,65	0,00	0,00	2.876.028,65	75.760,35	94,266
07020901	Saneamento	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
07020902	Resíduos sólidos	2.577.654,00	38,20	2.188.284,17	0,00	2.188.284,17	0,00	0,00	2.188.284,17	38,20	84,894
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	24.074,00	0,00	6.314,64	0,00	6.314,64	0,00	0,00	6.314,64	0,00	26,230
0702090302	Transportes escolares	8.985,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0702090303	Transportes de pessoas e mercadorias	14.985,00	0,00	6.314,64	0,00	6.314,64	0,00	0,00	6.314,64	0,00	42,140
0702090399	Outros	104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
07020904	Trabalhos por conta de particulares	5.123,00	72.647,56	4.051,67	0,00	1.914,26	0,00	0,00	1.914,26	74.784,97	37,366
07020906	Mercados e feiras	4.747,00	671,82	3.569,49	0,00	3.664,90	0,00	0,00	3.664,90	576,41	77,205
07020907	Parques de estacionamento	24.369,00	0,00	11.603,47	0,00	11.603,47	0,00	0,00	11.603,47	0,00	47,616
07020909	Canídeos e gatiídeos	9.144,00	57,25	6.695,00	0,00	6.752,25	0,00	0,00	6.752,25	0,00	73,844
07020999	Outros	405.805,00	57.281,94	600.573,79	0,00	657.494,96	0,00	0,00	657.494,96	360,77	162,022
070299	Outros	4,00	0,00	366,10	0,00	366,10	0,00	0,00	366,10	0,00	9152,500
07029902	Encargos de cobrança de receitas	2,00	0,00	5,73	0,00	5,73	0,00	0,00	5,73	0,00	286,500
07029999	Outros	2,00	0,00	360,37	0,00	360,37	0,00	0,00	360,37	0,00	18018,500
0703	Rendas	392.606,00	119.252,28	368.035,10	0,00	483.346,55	0,00	0,00	483.346,55	3.940,83	123,112
070302	Edifícios	392.606,00	119.252,28	368.035,10	0,00	483.346,55	0,00	0,00	483.346,55	3.940,83	123,112

Controlo Orçamental - Receita

Ano: 2013

Câmara Municipal de Valongo

(unidade: €)

(designação da autarquia local)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigida	Rec. por Cobrar no início do ano	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Rec. Cobradas Brutas	Reembolsos e Rest. Emitidos	Reembolsos e Rest. Pagos	Receita Cobrada Líquida	Rec. p/ Cobrar no final do Ano	Grau Exec. da Receita
Classif.	Designação										
08	Outras receitas correntes	232.690,00	294.320,66	291.869,77	0,00	570.308,43	0,00	0,00	570.308,43	15.882,00	245,094
0801	Outras	232.690,00	294.320,66	291.869,77	0,00	570.308,43	0,00	0,00	570.308,43	15.882,00	245,094
080199	Outras	232.690,00	294.320,66	291.869,77	0,00	570.308,43	0,00	0,00	570.308,43	15.882,00	245,094
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
08019999	Diversas	226.690,00	294.320,66	291.869,77	0,00	570.308,43	0,00	0,00	570.308,43	15.882,00	251,581
10	Transferências de capital	2.430.735,00	0,00	1.917.268,23	0,00	1.917.268,23	0,00	0,00	1.917.268,23	0,00	78,876
1003	Administração central	2.430.735,00	0,00	1.917.268,23	0,00	1.917.268,23	0,00	0,00	1.917.268,23	0,00	78,876
100301	Estado	1.162.460,00	0,00	1.139.749,86	0,00	1.139.749,86	0,00	0,00	1.139.749,86	0,00	98,046
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.115.473,00	0,00	1.115.473,00	0,00	1.115.473,00	0,00	0,00	1.115.473,00	0,00	100,000
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	778,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
10030199	Outras	46.209,00	0,00	24.276,86	0,00	24.276,86	0,00	0,00	24.276,86	0,00	52,537
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	1.268.275,00	0,00	777.518,37	0,00	777.518,37	0,00	0,00	777.518,37	0,00	61,305
12	Passivos financeiros	16.263.896,27	0,00	16.263.896,27	0,00	16.263.896,27	0,00	0,00	16.263.896,27	0,00	100,000
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	16.263.896,27	0,00	16.263.896,27	0,00	16.263.896,27	0,00	0,00	16.263.896,27	0,00	100,000
120603	Admin.Pública-Admin.central-Estado	16.263.896,27	0,00	16.263.896,27	0,00	16.263.896,27	0,00	0,00	16.263.896,27	0,00	100,000
13	Outras receitas de capital	2.031.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
1301	Outras	2.031.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
130199	Outras	2.031.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	7.441,34	0,00	146.781,56	0,00	146.781,56	0,00	0,00	146.781,56	0,00	1972,515
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	7.441,34	0,00	146.781,56	0,00	146.781,56	0,00	0,00	146.781,56	0,00	1972,515
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	7.441,34	0,00	146.781,56	0,00	146.781,56	0,00	0,00	146.781,56	0,00	1972,515
Total Receitas Correntes		31.718.843,53	626.339,68	29.479.318,40	333,05	29.927.887,98	136.994,66	136.994,66	29.790.893,32	177.437,05	93,922
Total Receitas de Capital		20.726.431,27	0,00	18.181.164,50	0,00	18.181.164,50	0,00	0,00	18.181.164,50	0,00	87,720
Total de Reposições Não Abatidas		7.441,34	0,00	146.781,56	0,00	146.781,56	0,00	0,00	146.781,56	0,00	1972,515
Total das Receitas Orçamentais		52.452.716,14	626.339,68	47.807.264,46	333,05	48.255.834,04	136.994,66	136.994,66	48.118.839,38	177.437,05	91,738
16	Saldo da gerência anterior	1.589.153,92	0,00	1.589.153,92	0,00	1.589.153,92	0,00	0,00	1.589.153,92	0,00	100,000
1601	Saldo orçamental	1.589.153,92	0,00	1.589.153,92	0,00	1.589.153,92	0,00	0,00	1.589.153,92	0,00	100,000
160101	Na posse do serviço	1.589.153,92	0,00	1.589.153,92	0,00	1.589.153,92	0,00	0,00	1.589.153,92	0,00	100,000
Total Saldo de Gerência Anterior		1.589.153,92	0,00	1.589.153,92	0,00	1.589.153,92	0,00	0,00	1.589.153,92	0,00	100,000
Total Geral		54.041.870,06	626.339,68	49.396.418,38	333,05	49.844.987,96	136.994,66	136.994,66	49.707.993,30	177.437,05	91,981

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA RECEITA

Receita Cobrada

A estrutura da receita autárquica obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro e divide-se em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas, sendo classificada por capítulos.

No ano 2013, a receita efetiva foi de 47.651.361,75 €, correspondendo às componentes económicas corrente e de capital, respetivamente 29.470.197,25 € (61,66%) e 18.181.164,50 € (38,04%).

A este quantitativo de receita corrente acresce o montante de 457.690,73 €, relativo a receita de anos anteriores apenas cobrada em 2013, o que perfaz o montante de 29.927.887,98 €. Este valor correspondente a anos anteriores não foi considerado para efeitos comparativos.

As reposições não abatidas nos pagamentos foram de 146.781,56 € (0,31%), totalizando os recursos financeiros globais o valor de 47.798.143,31 €.

Da estrutura da receita representada no quadro abaixo observa-se a supremacia dos impostos diretos no total da receita (27,09%), salientando-se também a importância das transferências correntes que evidenciam um peso de 20,87%, seguindo-lhes as restantes parcelas em pequenos contributos na formação da receita.

A receita de capital provém das Transferências de Capital (4,01%) e dos Passivos Financeiros (34,03%).

QUADRO Nº 3

	Descrição	Montante	%
Receitas Correntes	01 - Impostos Diretos	12.946.715,02 €	27,09%
	02 - Impostos Indiretos	361.395,95 €	0,76%
	04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	357.428,75 €	0,75%
	05 - Rendimentos de Propriedade	1.938.548,67 €	4,06%
	06 - Transferências Correntes	9.973.972,65 €	20,87%
	07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	3.600.616,94 €	7,53%
	08 - Outras Receitas Correntes	291.519,27 €	0,61%
	Total da Receita Corrente		29.470.197,25 €
Receitas Capital	10 - Transferências de Capital	1.917.268,23 €	4,01%
	12 - Passivos Financeiros	16.263.896,27 €	34,03%
	Total da Receita de Capital		18.181.164,50 €
	15 - Reposições não abatidas aos pagamentos	146.781,56 €	0,31%
Total da Receita		47.798.143,31 €	100%

Rácios de Estrutura da Receita

Evidenciam as proporções existentes entre as principais rubricas da Receita.

<u>Impostos</u> 45,16	<u>Transferências de Capital</u> 10,55
Receitas Correntes	Receitas de Capital
<u>Transferências Correntes</u> 33,84	<u>Receitas Correntes</u> 61,66
Receitas Correntes	Receitas Totais
<u>Receitas Correntes do ano n</u> 103,70	<u>Impostos e taxas do ano n</u> 93,60
Receitas Correntes do ano n-1	Impostos e taxas do ano n-1

Receitas Próprias

Receitas obtidas a nível interno, através do produto dos impostos diretos e outros que recaem sobre o Setor Produtivo, bem como da atividade na venda de bens e serviços correntes.

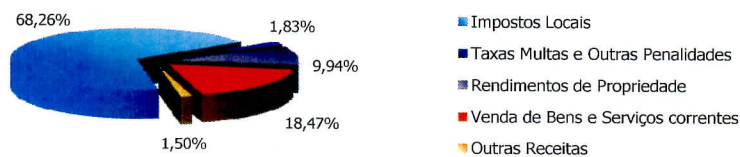
Compreendem duas vertentes quanto à forma de cobrança, dado que a receita de impostos diretos é efectuada pela Administração Central e a restante pelo Município.

QUADRO Nº 4

Receitas Próprias		Montante	%
Corrente	Impostos Locais	13.308.110,97 €	68,26%
	Taxas Multas e Outras Penalidades	357.428,75 €	1,83%
	Rendimentos de Propriedade	1.938.548,67 €	9,94%
	Venda de Bens e Serviços correntes	3.600.616,94 €	18,47%
	Outras Receitas	291.519,27 €	1,50%
Total da Receita Própria		19.496.224,60 €	100,00%

O gráfico seguinte detalha a composição desta estrutura

FIGURA 3



Indicadores de importância das Receitas Próprias na estrutura da Receita

$\frac{\text{Impostos Locais}}{\text{Receitas Correntes}}$ 45,16%

$\frac{\text{Receitas Próprias}}{\text{Receita Total}}$ 40,79%

$\frac{\text{Receitas Próprias Correntes}}{\text{Receitas Correntes}}$ 66,16%

$\frac{\text{Rendimentos de propriedade (ano n)}}{\text{Rendimentos de propriedade (ano n-1)}}$ 102,47%

Receita Fiscal

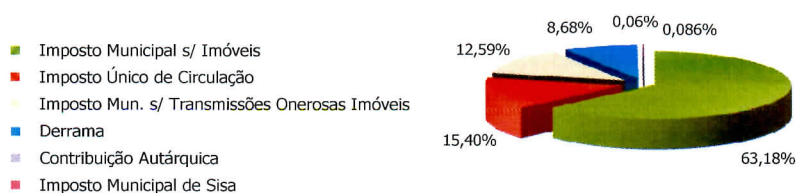
No conjunto das receitas do Município, merece especial destaque pela sua representatividade a receita fiscal cobrada de 13.665.539,72 €, representando 46,37% da receita corrente e 28,59% do total da receita, cujas componentes refletem a capacidade tributária do Município e resultam da dinâmica social, económica e urbana existente.

Nos quadros e gráficos a seguir observam-se os vários agregados que compõem esta receita tais como impostos diretos, indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

QUADRO Nº 5

Impostos Diretos	Montante	%
Imposto Municipal s/ Imóveis	8.180.026,08 €	63,18%
Imposto Único de Circulação	1.993.217,03 €	15,40%
Imposto Mun. s/ Transmissões Onerosas Imóveis	1.630.556,82 €	12,59%
Derrama	1.123.434,09 €	8,68%
Impostos abolidos:		
Contribuição Autárquica	8.341,96 €	0,06%
Imposto Municipal de Sisa	11.139,04 €	0,086%
Total	12.946.715,02 €	100%

FIGURA 4



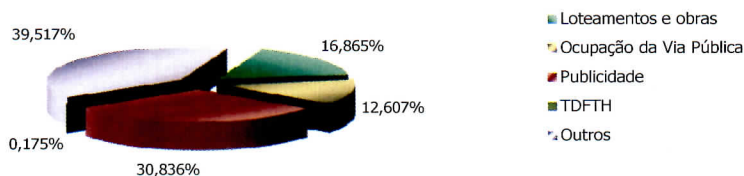
Os impostos indiretos provêm de receitas exclusivamente do Setor Produtivo, isto é, são pagos por unidades empresariais.

QUADRO Nº 6

Impostos Indiretos	Montante	%
Taxas pagas por empresas:		
Loteamentos e obras	60.948,53 €	16,86%
Ocupação da Via Pública	45.560,36 €	12,61%
Publicidade	111.439,78 €	30,84%
TDFTH	633,51 €	0,18%
Outros	142.813,77 €	39,52%
Total	361.395,95 €	100%

TDFTH: Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação

FIGURA 5

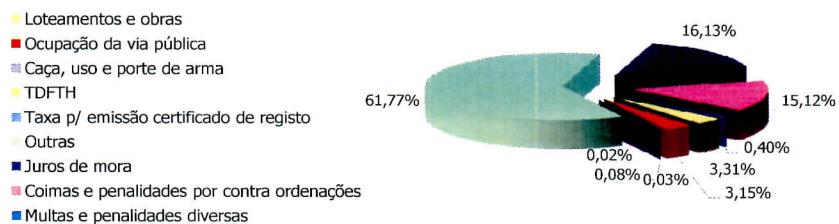


No quadro seguinte englobam-se taxas diversas pagas por particulares, bem como multas e outras penalidades produzidas pela efetivação de sanções pecuniárias, como resultado de infrações cometidas, quer por particulares quer por unidades empresariais.

O montante de 220.772,07 € inscrito na rubrica Outras engloba a receita correspondente à Taxa Municipal de Urbanização, a obras edificação, autenticação de documentos, aditamentos, certidões, averbamentos, prorrogação licenças, plantas topográficas e outros.

QUADRO Nº 7

Taxas, Multas e Outras Penalidades	Montante	%
Taxas pagas por particulares:		
Loteamentos e obras	11.827,90 €	3,31%
Ocupação da via pública	11.264,65 €	3,15%
Caça, uso e porte de arma	105,18 €	0,03%
TDFTH	63,66 €	0,02%
Taxa p/ emissão certificado de registo	296,25 €	0,08%
Outras	220.772,07 €	61,77%
Multas e outras penalidades:		
Juros de mora	57.648,36 €	16,13%
Coimas e penalidades por contra ordenações	54.034,02 €	15,12%
Multas e penalidades diversas	1.416,66 €	0,40%
Total	357.428,75 €	100%



No quadro abaixo apresenta-se o peso de cada componente da receita fiscal:

QUADRO Nº 8

Receita Fiscal	Montante	%
Impostos diretos	12.946.715,02 €	94,74%
Impostos indiretos	361.395,95 €	2,64%
Taxas multas e outras penalidades	357.428,75 €	2,62%
Total da receita fiscal	13.665.539,72 €	100%

FIGURA 7



O peso desta receita nas receitas correntes assume 46,37%. Em relação ao ano de 2012 representa um decréscimo de 6,40%, refletido sobretudo nos Impostos Diretos, fruto do impacto da diminuição do imposto municipal sobre imóveis e no imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

TRANSFERÊNCIAS

Transferências do Orçamento do Estado para 2013

Os Fundos Municipais (FM) são constituídos por transferências correntes e de capital, inscritas do Orçamento do Estado e destinadas a satisfazer despesas das Autarquias. Os Fundos Municipais são compostos pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Social Municipal (FSM) e a participação na coleta líquida do IRS, proveniente dos contribuintes residentes em cada Município.

No cálculo destas transferências são aplicadas as disposições dos artigos 19º a 29º da Lei das Finanças Locais (LFL), Lei nº 2/2007 de 15 de janeiro, com a alteração ao art.º 27º pela Lei nº 3 – B/2010, de 28 de abril (OE/2010), bem como a articulação preconizada no art.º 85º, capítulo IV do Orçamento do Estado/ 2013 e assente num conjunto de variáveis e dados estatísticos.

O n.º 3 do art.º 85º do Orçamento do Estado para 2013 menciona a suspensão do cumprimento do disposto no art.º 29º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 22/2012, de 30 de maio, o que equivale a dizer que a participação de cada município nos impostos do Estado, incluindo os montantes do FEF, FSM e da participação no IRS não poderão sofrer uma diminuição superior a 5% da participação nas transferências financeiras do ano anterior para os municípios com capitação de impostos locais superior a 1,25 da média nacional, nem uma diminuição superior a 2,5% da referida participação, para os municípios com capitação inferior a 1,25 vezes aquela média.

O Orçamento do Estado para 2012, no seu art.º 57º preconiza uma alteração ao art.º 25º n.º 3 e 4 da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) estipulando que cada município pode decidir sobre a repartição da participação nos impostos do Estado, entre receita corrente e de capital, não podendo a receita corrente exceder 80% do FEF.

Caso os municípios não informem, até 30 de junho do ano anterior, qual a percentagem do FEF que deverá ser tida em conta como transferência corrente, será considerada a percentagem de 80%.

No ano 2013, o montante relativo ao Fundo Social Municipal continua a destinar-se exclusivamente ao financiamento das competências exercidas pelos municípios no âmbito da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

A Direção-geral das Autarquias Locais transferiu para o município, de acordo com o Mapa XIX da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, os montantes aprovados provenientes da participação nos impostos do Estado, decorrentes do art.º 7º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, de acordo com os critérios de distribuição definidos no Título III do citado diploma.

QUADRO Nº 9

Transferências		Montante	%
Correntes	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.461.894,00	47,59%
	Fundo Social Municipal	1.436.662,00	15,32%
	Participação variável no IRS	2.360.995,00	25,18%
	Subtotal	8.259.551,00	88,10%
Capital	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.115.473,00	11,90%
	Subtotal	1.115.473,00	11,90%
	Total Global	9.375.024,00	100,00%

As transferências do Orçamento do Estado não registaram qualquer variação em relação ao ano anterior (Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho). No conjunto da receita total representam 19,61%, aferindo este indicador o grau de dependência da participação dos impostos estaduais.

A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 11/10/2012, sob proposta da Câmara, decidiu aprovar a fixação da taxa de 5% como participação variável no IRS, a aplicar aos rendimentos do ano 2013.

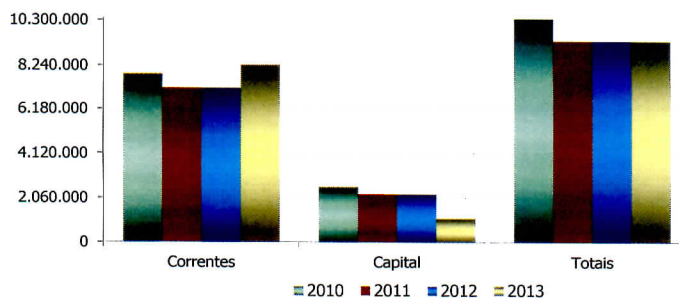
<u>Fundo Municipal Corrente</u>	28,03%	<u>Fundos Municipais</u>	19,61%
Receita Corrente		Receita Total	
<u>FEF de Capital</u>	6,14%		
Receita de Capital			

Evolução dos Fundos Municipais:

QUADRO Nº 10

Transf OE	Anos	2010	2011	Var. %	2012	Var. %	2013	Var. %
Correntes		7.822.370	7.144.077	-8,67	7.144.077	0,00	8.259.551	15,61
Capital		2.564.593	2.230.947	-13,01	2.230.947	0,00	1.115.473	-50,00
Totais		10.386.963	9.375.024	-9,74	9.375.024	0,00	9.375.024	0,00

FIGURA 8



As transferências representam uma fonte substancial de financiamento e totalizam 24,88% da receita total da Autarquia. As suas diferentes origens podem ser visualizadas no quadro seguinte.

Transferências 24,88%
 Receitas Totais

QUADRO Nº 11

Transferências	Anos				Variação homóloga
	2012	%	2013	%	
Contratos Programas, Protocolos e outros					
Correntes	1.252.158,48	11,11%	1.688.920,12	14,20%	34,88%
Capital	135.488,05	1,20%	24.276,86	0,20%	-82,08%
Fundos Comunitários					
Correntes	70.113,90	0,62%	25.501,53	0,21%	-63,63%
Capital	437.585,97	3,88%	777.518,37	6,54%	77,68%
Fundos Municipais					
Correntes	7.144.077,00	63,39%	8.259.551,00	69,46%	15,61%
Capital	2.230.947,00	19,79%	1.115.473,00	9,38%	-50,00%
Subtotal					
Correntes	8.466.349,38	75,12%	9.973.972,65	83,88%	17,81%
Capital	2.804.021,02	24,88%	1.917.268,23	16,12%	-31,62%
Total	11.270.370,40	100,00%	11.891.240,88	100,00%	5,51%

Representação Gráfica das transferências globais

FIGURA 9

